

O ROGUE STATE NA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA: A CONSTRUÇÃO DE UMA AMEAÇA (1987-2002) ¹

THE ROGUE STATE IN USA FOREIGN POLICY: THE CONSTRUCTION OF A THREAT (1987-2002)

MURILO MESQUITA MELO E SILVA²

Universidade Estadual da Paraíba
E-mail: murilo_mesquita@hotmail.com

PAULO ROBERTO LOYOLLA KUHLMANN³

Universidade Estadual da Paraíba
E-mail: prlkuhlm@gmail.com

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar a construção da categoria *rogue state* dentro da Política Externa dos Estados Unidos, no período de 1987-2002. Os objetivos específicos são (i) contextualizar o surgimento dessa categoria; (ii) determinar o que são a Doutrina e Fórmula Rogue e (iii) verificar quais países foram considerados *rogue states*. Esse trabalho entende que um discurso centrado no binômio amigo/inimigo foi construído para legitimar uma classificação estatal específica. Esse binômio deu suporte à Doutrina e à Fórmula *rogue*, uma doutrina de segurança que classifica os Estados desde uma noção de “comportamento militar agressivo e irracional”. Da análise do discurso dos relatórios U.S National Security Strategy verificou-se que a partir de 1987 e, enfaticamente, entre 1993 e 2002, o discurso sobre os *rogue states* foi utilizado de forma alinhada aos interesses vitais dos EUA.

Palavras-chave: Rogue States; Política Externa dos EUA; Segurança Internacional; U.S. National Security Strategy.

Abstract: *The overall aim this paper is to analyze the construction of rogue state category in USA foreign policy, from 1987-2002. The specific aims are (i) contextualize the emergence this category; (ii) determine what are Doctrine and Formula Rogue; (iii) to ascertain countries can be considered rogue states. This paper understands that a speech based on binomial friend/enemy was built to legitimize a specific state classification. This binomial has supported the Doctrine and Formula Rogue, a security doctrine that classifies states since an “aggressive military and irrational behavior”. According to the analyzes of reports U.S. National Security Strategy it was found specifically in 1987 e, precisely, 1993 and 2002, the discourse on rogue states was used for vital interests of USA.*

Keywords: *Rogue States; USA Foreign Policy; International Security; U.S. National Security Strategy.*

¹ Essa pesquisa é referente a parte de um capítulo da dissertação do autor, intitulada “A Reestruturação Conceitual e Taxonômica dos *Weak* e *Rogue States* – securitização do subdesenvolvimento e instrumentalização política”, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade Estadual da Paraíba, em 2013.

² Mestre em Relações Internacionais (UEPB); Professor Substituto na Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

³ Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo; Professor Adjunto na Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

Introdução

No final da década de 1980, dentro da Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (U.S National Security Strategy), um discurso foi construído para identificar Estados que ameaçassem a segurança e a paz do sistema internacional. Com a construção desse discurso surgiu uma taxonomia para catalogar aqueles Estados que apresentassem um comportamento entendido como “militarmente agressivo e irracional”. Os Estados com essa identificação passaram ser denominados como *rogue states*.

Segundo Rotberg, a escolha do termo “*rogue*” se deu porque esses atores são grosseiros, indecorosos, e desagradáveis, com antecedentes questionáveis e intenções impuras. Etimologicamente deriva de *rogare* (do Latim, pedir, implorar), a palavra mudou gradualmente para *roger* em meados do século XVI inglês (ROTBERG, 2007: 8, tradução livre)⁴.

Com esse significado, a utilização taxonômica *rogue state* fez com que os discursos oficiais dos Estados Unidos sobre segurança nacional e internacional ultrapassassem a seara da eficiência estatal, que identificava a pobreza como fator a gerar ameaça⁵, para se prender a um tipo de comportamento estatal. Assim, é no momento em que a noção de eficiência estatal – a autoridade e a capacidade do Estado em sustentar o monopólio da violência em um território delimitado –, abre espaço para outra noção e nova base de identificação, sobre o que é ameaça, passa ser construída, segundo os interesses da Política Externa dos Estados Unidos.

Através dessa nova taxonomia, Estados passaram a ser identificados e catalogados conforme o discurso de “comportamentos desviantes”, que não comungariam com os valores de paz e segurança da comunidade de nações. As características identificadas para marcar o que seria um “comportamento desviante” foram (i) a busca e posse de armas nucleares e (ii) o suporte e o apoio ao terrorismo internacional (RUBIN, 1999; HOYT, 2000; HENRIKSEN, 2001; ELAND e

⁴ *caddish, disreputable, and unsavory, with questionable antecedents and impure intentions. Etymologically derived from rogare (Latin, to ask and to beg), the word slipped into roger in mid-sixteenth century English*” como fator a gerar ameaça

⁵ A ameaça quando percebida através da pobreza era relacionada a Estados categorizados como *weak states*, países que possuem um misto de estatalidade – capacidade e autoridade – e, por isso, não conseguem garantir um mínimo padrão funcional.

LEE, 2001). Através dessas duas características construiu-se a Doutrina Rogue (HENRIKSEN, 2001; ELAND e LEE, 2001; CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005, 2007; KIM, 2008) e o que Caprioli e Trumbore (2005, 2007) chamam de Fórmula Rogue, que serve para identificar o que a Doutrina denominou como rogue states.

Nesse trabalho, ao se questionar o resultado das diretrizes da Doutrina e da Fórmula Rogue não necessariamente está a invalidar a existência de Estados que se comportam de maneira agressiva no cenário internacional, o problema é para quem essa doutrina é referenciada e sob quais interesses. Destarte, o objetivo geral do trabalho é analisar a construção da categoria rogue state dentro da Política Externa dos Estados Unidos, no período de 1987-2002. Para alcançar tal objetivo busca-se (i) contextualizar o surgimento da taxonomia rogue, (ii) determinar o que é a Doutrina e Fórmula Rogue, e (iii) verificar quais países eram ou são considerados rogue states;

Dados esses objetivos, a análise a ser construída não busca sugerir outra taxonomia para os Estados que, segundo a Doutrina de Segurança do EUA, se comportam de forma a ameaçar a segurança internacional. Porém, busca verificar a hipótese de que a Política Externa dos EUA, dentro das relações de poder mundial, facilita a construção de um discurso discriminador sobre determinados Estados. Para tanto, compreende-se que o discurso centrado na taxonomia rogue foi e é construído a partir de uma abordagem que se pauta no binômio amigo/inimigo, dentro de uma agenda particular do campo de estudo de Segurança Internacional. Compreender esse binômio e suas implicações políticas no período pós-Guerra Fria faz com que a identificação de um inimigo-comum seja melhor problematizada.

Por isso, a categoria rogue states deve passar por um processo de questionamento, de modo a favorecer uma abordagem que vá além da instrumentalização política dessa taxonomia, pelo estado hegemônico. Ao fazer isso, tenta-se um enfoque que não demonize esse tipo de Estado, mas que compreende que a noção de comportamento militar agressivo e irracional, no cenário internacional, pode ser causado por normas internas particulares que são externalizadas (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2007) e que interagem com as relações de poder do cenário internacional.

Os Rogue States e a U.S. National Security Strategy

Para conceber a taxonomia rogue o trabalho analisou uma ferramenta expoente do discurso oficial e da estratégia dos EUA quanto à sua segurança nacional e internacional. Através dos relatórios de Estratégia de Segurança Nacional é possível identificar quais foram as ameaças aos interesses e à segurança nacional dos Estados Unidos no final da Guerra Fria, quando a taxonomia rogue é construída.

Os relatórios analisados datam desde 1987, do final do governo Ronald Reagan, passando pela administração George Bush, quando, em 1993, há a primeira menção aos rogue states. Depois, no governo de Bill Clinton, quando esse tipo de Estado passa a ser avaliado como uma nova ameaça. Em 2000, a administração Clinton muda a designação rogue states para “states of concern”. Em 2001, já na administração de George W. Bush, com o ataque ao World Trade Center, o termo rogue states volta a fazer parte dos discursos oficiais, principalmente para se referir aqueles Estados identificados como fazendo parte do “Eixo do Mal”.

Numa primeira assertiva sobre a análise desses relatórios, é possível observar como o resultado do vácuo de ameaça, proporcionado pelo desmantelamento da União Soviética, modelou a agenda de segurança dos Estados Unidos. Esse cenário transforma a taxonomia rogue numa peça importante para compreender a segurança internacional e os interesses dos Estados Unidos em um mundo que não seria mais regido pela bipolaridade da Guerra Fria e pela fácil localização de um inimigo-comum.

Assim, na análise dos primeiros relatórios foi possível verificar que governos Reagan e George Bush colocavam os interesses estratégicos dos Estados Unidos como aqueles a representar os interesses de todos os seus aliados. Segundo o relatório de 1987, a “liberdade [dos EUA] e a dos nossos aliados nunca poderão estar seguras em um mundo onde a liberdade estiver ameaçada em qualquer lugar”⁶ (ESTADOS UNIDOS, 1987: 5, tradução livre). A partir de tal posicionamento, os Estados Unidos buscaram resolver os conflitos que ocorriam em regiões do mundo que

⁶ “(...) *our own freedom, and that of our allies, could never be secure in a world where freedom was threatened everywhere else*”

afetavam seus interesses. Conflitos regionais que envolvessem Estados aliados ou amigos, e que demonstrassem possibilidade de transbordamento, ameaçavam os interesses dos EUA. Conflitos ou grupos que ameaçavam subverter a ordem de governos aliados representavam uma séria ameaça aos interesses estadunidenses.

Os relatórios de 1987 e 1988, apesar de considerarem a União Soviética como a ameaça mais significativa à segurança e aos interesses nacionais dos EUA, compreendiam que ambas as potências compartilhavam de um objetivo em comum, qual seja: evitar uma confrontação direta e reduzir a ameaça nuclear. Dessa forma, uma das principais ameaças aos interesses dos EUA eram, também, os grupos armados, então chamados de “libertação nacional”, financiados com armas e treinamento militar por Estados que financiavam o que os EUA consideravam terrorismo internacional, que objetivavam promover a instabilidade regional, bem como conduzir alguns Estados a comportamentos agressivos no plano externo. No relatório de 1987 os exemplos de Estados que financiavam o terrorismo internacional são Cuba, Coreia do Norte, Síria e Líbia.

Esses relatórios compreendem o terrorismo internacional como uma nova ameaça a crescer ao redor do mundo. O terrorismo internacional “(...) ataca diretamente nossos esforços diplomáticos para soluções pacíficas e corrói os alicerces das sociedades civilizadas. Efetivamente o contraterrorismo é um principal objetivo de segurança nacional dos Estados Unidos” (ESTADOS UNIDOS, 1987: 7, tradução livre)⁷.

Ao identificar o terrorismo como uma força que está a crescer e que ameaça a segurança dos EUA e de seus aliados, os relatórios também identificam geograficamente a fonte dessa nova ameaça. Os “Estados do Terceiro Mundo estão cada vez mais armados com equipamentos militares modernos e sofisticados”⁸ (ESTADOS UNIDOS, 1987: 19, tradução livre). Essa identificação geográfica das fontes de ameaças percorreu os relatórios de 1987, 1988, 1990, 1991, 1993. Disso, duas questões podem ser salientadas, (i) o terrorismo internacional passou a ser associado à insuficiência de conter o que os estadunidenses entendiam por conflitos de baixa intensidade, que transbordavam para além das fronteiras estatais e, por isso, (ii) o Terceiro Mundo, identificado como o palco onde havia a maior quantidade de conflitos de baixa

⁷ “(...) directly attacks our diplomatic efforts for peaceful solutions to conflicts, and erodes the foundations of civilized societies. Effectively countering terrorism is a major national security objective of the United States”

⁸ “Third World states are increasingly armed with modern and sophisticated military equipment”

intensidade, passou a ameaçar os interesses dos EUA. Os conflitos de baixa intensidade foram definidos como:

(...) geralmente uma manifestação de uma confrontação político-militar abaixo do nível de uma guerra convencional, frequentemente envolvendo lutas prolongadas de princípios e ideologias concorrentes, e variando de subversão para o uso direto de forças militares (ESTADOS UNIDOS, 1988: 34, tradução livre)⁹.

Essa compreensão do que são conflitos de baixa intensidade e sua relação com “Terceiro Mundo” fez com os relatórios presumissem que a falta de capacidade e autoridade desses Estados pudessem fomentar ameaças regionais e globais, que afetariam diretamente a segurança e os interesses vitais dos Estados Unidos.

Em 1990, no início do Governo de George Bush (1989-1993), o Terceiro Mundo passou a representar ainda mais ameaças, além dos possíveis transbordamentos dos conflitos de baixa intensidade. Na Estratégia de Segurança Nacional de 1990 e 1991, à ameaça dos conflitos de baixa intensidade foram somadas novas ameaças, como a (i) proliferação de armas nucleares, químicas e biológicas, (ii) a instabilidade promovida pela pobreza, pela injustiça e por tensões étnicas, raciais e religiosas, (iii) o tráfico ilegal de drogas e (iv) o fluxo migratório de refugiados.

É válido ressaltar que até 1990 o terrorismo internacional continuava sendo observado como financiado por alguns Estados, notadamente, a URSS (ESTADOS UNIDOS, 1990: 6-7). Assim, apesar das novas ameaças, a União Soviética continuava sendo preocupação para os interesses dos Estados Unidos. Essa superpotência militar, que vivenciava uma crise interna, ainda detinha uma posição de poder no cenário internacional que permitia a manutenção de uma balança estratégica global, pautada no equilíbrio de poder (ESTADOS UNIDOS, 1990: 9). Sendo assim, fazia parte da estratégia dos Estados Unidos manter os esforços de segurança em direção à União Soviética, já que esta estratégia era “(...) uma precaução baseada na incerteza, não na hostilidade (...)”¹⁰ (ESTADOS UNIDOS, 1990: 10, tradução livre).

Em 1991, por sua vez, o relatório da Estratégia de Segurança Nacional foi apresentado com uma visão de uma nova Era, em que a presença ameaçadora da União Soviética e do comunismo já

⁹ “(...) typically manifest itself as political-military confrontation below the level of conventional war, frequently involving protracted struggles of competing principles and ideologies and raging from subversion to the direct use of military force.”

¹⁰ “(...) a caution based on uncertainty, not on hostility (...)”

não estavam mais presentes. Nessa nova Era, os Estados Unidos foram os líderes das ideias que venceram o comunismo.

No entanto, da mesma forma que esse novo período das relações internacionais apresentava grandes esperanças para que a comunidade de nações pudesse viver em paz e segurança, também apresentava doses de incertezas. No relatório de 1991, quando a Guerra do Golfo demonstrou o poder de atores autônomos para ameaçar a segurança mundial e os interesses dos Estados Unidos, o contexto de beligerância, patrocinado por grupos armados radicais, que perseguiam e possuíam “armas modernas e ambições antigas”, ameaçava a “esperança mundial para uma nova era de cooperação”.

Segundo o relatório, para esses grupos armados radicais, Estados fracos com governos vulneráveis tornavam-se ferramentas para a disseminação do terrorismo. A partir da falta de capacidade e de autoridade do Estado, o seu território e as estruturas estatais restantes serviam de base para a instrumentalização de políticas que ameaçavam os interesses de paz e segurança da comunidade internacional. Assim, determina o relatório, essa conjuntura, mesmo com o fim da Guerra Fria e com o *débâcle* da União Soviética, tornava imprescindível a presença dos Estados Unidos no “resto do mundo” (ESTADOS UNIDOS, 1991: 28).

O relatório de 1993, no final do Governo de George Bush, marca de fato “o colapso da União Soviética e nossa [dos EUA, aliados e amigos] vitória coletiva¹¹” (ESTADOS UNIDOS, 1993: 1, tradução livre) e o, conseqüente, fim da Guerra Fria e da ameaça representada pela União Soviética. Segundo o relatório, a nova Era abriu uma oportunidade sem precedentes para que os valores e objetivos dos Estados Unidos pudessem alcançar uma escala verdadeiramente global e de se consolidar como os verdadeiros valores a garantir uma zona de paz e de segurança para a comunidade de nações. Nesse novo contexto, os Estados Unidos se confirmaria como superpotência a “(...) impedir poderes hostis não-democráticos de dominar regiões críticas¹²” (ESTADOS UNIDOS, 1993: 13, tradução livre), e de utilizar práticas terroristas contra os Estados Unidos. Foi nesse relatório que houve a primeira menção oficial aos *rogue states*, considerados as

¹¹ “*The collapse of the Soviet Union and our collective victory in the Cold War*”

¹² “*(...) preclude hostile non-democratic powers from dominating regions critical*”

novas ameaças a dar suporte ao terrorismo internacional e a buscar ou ter a posse de armas nucleares.

No relatório de 1994, 1995, 1996, sob a administração de Bill Clinton, os rogue states tomam o lugar do perigo que uma vez foi representado pela URSS. Nessa conjuntura, “o prejudicial comportamento dos rogue states” (U.S. NATIONAL SECURITY STRATEGY, 1996: 12) passa a ser elemento de sério perigo à estabilidade regional em várias partes do mundo e, por isso, representam uma grave ameaça à paz e à segurança internacional.

No relatório de 1997, os EUA apresentaram uma estratégia de aproximação em relação a países que eram considerados notoriamente como rogue states, a exemplo da Coreia do Norte. A estratégia dos Estados Unidos foi se debruçar sobre o Pacífico, de modo a aumentar ainda mais um ambiente de cooperação com o Japão, Austrália e outros países amigos e aliados. Nessa estratégia de segurança, ficou claro a intenção e os esforços dos Estados Unidos (em conjunto com a Coreia do Sul) de congelar e desmantelar o programa de armas nucleares da Coreia do Norte (ESTADOS UNIDOS, 1997: 3).

Nesse relatório não houve uma menção literal sobre os rogue states; no entanto, foram delimitadas as características das ameaças que envolviam a segurança dos Estados Unidos. (i) A ameaça regional ou centrada num Estado: quando um conjunto de estados tem a capacidade ou o desejo de ameaçar os interesses vitais estadunidenses; (ii) a ameaça transnacional: quando algumas ameaças, com o auxílio de tecnologias avançadas, transcendem a fronteira nacional; (iii) a ameaça da proliferação de armas nucleares (ESTADOS UNIDOS, 1997: 8).

No relatório de 1998, os Estados que ameaçavam os interesses dos Estados Unidos, além de voltarem a ser denominados como rogue states, apareceram com mais uma designação, “outlaw states”. Da mesma forma, entendia-se que esses Estados ameaçavam a estabilidade regional e o progresso econômico de muitas áreas importantes do mundo (ESTADOS UNIDOS, 1998: 1). No relatório de 2000, essas taxonomias são substituídas pelo termo “states of concern”.

Por sua vez, consta no relatório 2002 que os EUA não estão mais ameaçados por um regime político, uma pessoa, uma ideologia ou uma religião. A luta atual, travada pela liberdade e pela justiça, é feita contra o “(...) terrorismo – a violência premeditada, politicamente motivada e

perpetrada contra inocentes¹³” (ESTADOS UNIDOS, 2002: 5). Essa “(...) luta contra o terrorismo internacional é diferente de qualquer outro embate na história¹⁴” (ESTADOS UNIDOS, 2002: 5) dos Estados Unidos. Segundo o relatório, dessa vez as batalhas seriam travadas em vários fronts, em várias regiões e estendida pelo período necessário para que as nações civilizadas pudessem sair vitoriosas. Assim, a luta foi direcionada contra todo aquele que, aos olhos dos Estados Unidos, desse “(...) suporte, apoio, e usa[sse] o terrorismo como meio para atingir objetivos políticos¹⁵” (ESTADOS UNIDOS, 2002: 5).

Dadas essas variações, para compreender a utilização da taxonomia rogue states dentro da política externa dos Estados Unidos é necessário ter em conta que essa classificação de Estado, como uma nova ameaça à paz e segurança internacionais, passou pela fundamentação de uma doutrina e pela construção de uma fórmula. Juntas, a Doutrina e a Fórmula Rogue, poderiam ser capazes de identificar Estados que se comportavam de maneira agressiva.

A Doutrina e Fórmula Rogue

A Doutrina Rogue não foi desenvolvida ou pensada exclusivamente por um especialista, ela está mais para uma política de Estado que se desenvolveu ao longo dos anos 1990, a partir da ideia de que alguns Estados possuíam comportamentos contrários aos interesses de paz e segurança da comunidade internacional. Diante dessa percepção, Estados que se comportavam de forma indesejada, diferente do que era entendido como um comportamento natural e saudável, passavam a ser representados de forma negativa para a sociedade internacional. Esse comportamento indesejado foi desenhado a partir do entendimento de que, mesmo em momentos de guerra ou de conflito, há limites, normas e regimes internacionais que devem ser respeitados, tendo em vista os valores de uma comunidade internacional.

Dessa forma, a Doutrina compreende que “um rogue state é aquele que tem como alta prioridade a subversão de outros Estados e o financiamento de tipos de violência não-convencionais contra

¹³ “(...) terrorism – premeditated, politically motivated violence perpetrated against innocents.”

¹⁴ “(...) struggle against global terrorism is different from any other war in our history.”

¹⁵ “(...) harbor, support, and use terrorism to achieve their political goals.”

eles ¹⁶” (RUBIN, 1999: 72, tradução livre, grifo nosso). Com essa leitura a fazer a parte da Política Externa dos Estados Unidos, o Estado que se comportasse de forma subversiva passava a requerer um tratamento especial, medidas excepcionais, que exigem pressão internacional para legitimar ações emergenciais.

Através da Doutrina, os EUA passaram a afirmar sua hegemonia militar dentro de um cenário de segurança pós-Guerra Fria, em que a estrutura de “estabilidade” bipolar não era mais visível e onde um mundo potencialmente mais perigoso foi construído, principalmente devido à hostilidade de países que passaram a buscar e a possuir tecnologia para a produção de armamento nuclear (ELAND e LEE, 2001: 3). Nesse cenário, “(...) se um Estado se comporta como um poder rogue - quebrando o papel de conduta dos EUA ou atacando agressivamente vizinhos – isto fornece (...) a racionalidade e a necessidade de uma resposta dos EUA ¹⁷” (RUBIN, 1999: 73, tradução livre, grifo nosso).

Assim, o mais importante dessa Doutrina, segundo a percepção de Rubin (1999: 73) ao defender uma política externa direcionada a essas “novas ameaças”, é a percepção, por parte dos EUA, de que os rogue states se comportam como regimes que ameaçam não apenas os interesses dos EUA, mas os da comunidade internacional. A Doutrina Rogue State se baseia, portanto, na concepção de “caracterização dos hostis (ou aparentemente hostis) Estados do Terceiro Mundo, com grande capacidade de forças militares e nascente capacidade em armas de destruição em massa (...) empenhados em sabotar a ordem mundial vigente ¹⁸” (KLARE, 1995: 26 apud CAPRIOLI, 2005: 770, tradução livre).

No entanto, a Doutrina não se resumia à utilização de discursos contra aqueles Estados que possuíam um comportamento indesejado. Ao longo de sua construção, a Doutrina Rogue passou a utilizar uma fórmula, construída para detectar Estados que se comportavam de maneira indesejada, a ameaçar a segurança internacional e dos Estados Unidos. Através dessa fórmula, segundo Caprioli e Trumbore (2005), definiu-se o comportamento indesejado como um “comportamento militarmente agressivo e irracional”. Essa construção foi o resultado da

¹⁶ “a rogue state is on that puts a high priority on subverting other states and sponsoring non-conventional types of violence against them”

¹⁷ “(...) if a state behaved as a rogue power - breaking U.S. role of conduct or attacking neighbors aggressively - it furnished both the rationale and necessity for U.S. response”

¹⁸ “(...) characterization of hostile (or seemingly hostile) Third World states with large military forces and nascent WMD [weapons of mass destruction] capacities... bent on sabotaging the prevailing world order”

combinação de dois fatores, (i) a busca e posse de armas nucleares e (ii) o suporte e apoio ao terrorismo internacional (CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005, 2007; HENRIKSEN, 2001; HOYT, 2000; ROTBERG, 2003, 2007, SAUNDERS, 2006) contra o Ocidente, de maneira geral, e, especificamente, contra os Estados Unidos.

Apesar da falta de consenso em relação aos países que são considerados Rogue, é possível construir um grupo de rogue states a partir da literatura que versa sobre esse tipo de Estados (RUBIN, 1999; HOYT, 2000; HENRIKSEN, 2001; CAPRIOLI e TRUMBORE, 2005, 2007; SAUNDERS, 2006; ROTBERG, 2007; KIM, 2008; ROELE, 2012). Através dessa literatura, os Estados que mais foram, e continuam sendo, identificados segundo os critérios da Doutrina e da Fórmula rogue são Cuba, Irã, Iraque, Líbia e Coreia do Norte.

Considerações Finais

Dado todo esse processo de construção para uma taxonomia estatal é possível identificar que, historicamente, entidades políticas fora dos padrões pré-estabelecidos são subjugadas pelos atores mais poderosos. Atores que não pertencem à comunidade ou que não atuam conforme os modelos preestabelecidos de comportamento podem ser compreendidos a partir do significado que hoje são atribuídos à terminologia rogue – párias, bárbaros, estrangeiro. Nesse processo, a concepção binária, baseada numa abordagem alteritária etnocêntrica, lança mão do ator rogue a ser combatido.

Destarte, historicamente, o uso da taxonomia rogue state pode ser datada dos anos 1990, quando policymakers estadunidenses promoveram uma ideia singular do que é um Estado rogue, elaborando uma doutrina e uma fórmula para identificar países que se comportavam fora do eixo de interesse dos Estados Unidos e ameaçavam a segurança internacional. Segundo Saunders (2006), a construção dessa noção de rogue state é particular de um contexto dos EUA em que a sua elite política conseguiu construir um consenso, de modo a levar às esferas de Política Externa

uma cosmovisão que dava sustentação a uma nova norma a ser compartilhada pela sociedade internacional.

Embora a designação *rogue state* possa ser verificada no período final da Guerra Fria, o conceito referente a um ator ou região de onde emana grandes ameaças só pode ser verificado no período pós-Guerra Fria. Segundo Litwak,

a origem da ideia *rogue state* [é verificada] na administração Reagan, na criação, pelo Departamento de Estado, de uma lista oficial de países que financiavam o terrorismo, de acordo com *Export Administration Act* de 1979. Durante a Guerra Fria, contudo, possuir armas de destruição em massa não era um critério de exclusão ¹⁹(2000: 53 apud SAUNDERS, 2006: 26, tradução livre).

Dessa forma, é possível compreender que essa taxonomia estatal foi desenvolvida em sintonia com interesses políticos advindos do vácuo de ameaça deixado pela União Soviética na Política Externa dos EUA. Assim, a expressão só passa a ser sistematicamente usada como discurso oficial e estratégico do governo dos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria, eminentemente para justificar um orçamento de defesa para um período em que o inimigo comum não era mais visivelmente definido. Desse modo, a designação *rogue state* somente vai fazer parte do discurso oficial do governo dos EUA durante a administração Bush, em 1993, mas vai ser usada copiosamente nas administrações Clinton e depois, na administração George W. Bush, após o 11 de Setembro de 2001, como demonstra o relatório do Departamento de Estado dos EUA, *The U.S. National Security Strategy* de 2002.

¹⁹ “the origins of the “rogue state” idea in the Reagan administration, in the creation of the State Department's official list of countries that sponsored terrorism in accordance with the *Export Administration Act* of 1979. During the Cold War, however, pursuit of WMD was not a criterion for exclusion”

Referências Bibliográficas

CAPRIOLI, Mary; TRUMBORE, Peter (2005). “Rhetoric versus Reality: Rogue States in Interstate Conflict”. *The Journal of Conflict Resolution*, vol. 49, n.º. 5, p. 770-791. Disponível em: <www.jstor.org/stable/30045152> 21 Acesso em: 30/05/ 2012

CAPRIOLI, Mary; TRUMBORE, Peter (2007) “Human Rights Rogues – aggressive, dangerous, or both?” In: ROTBERG, Robert (org.) *Worst by Worst: dealing with repressive and rogue nations*.

ELAND, Ivan e LEE, Daniel. (2001) “The Rogue State Doctrine and National Missile Defense”. *Foreign Policy Briefing*, n.º 65, Disponível em: <<http://www.cato.org/sites/cato.org/files/pubs/pdf/fpb65.pdf>> Acesso em: 05/02/2012

ESTADOS UNIDOS. U.S. (1987) ‘National Security Strategy’. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

ESTADOS UNIDOS. U.S. (1988) U.S. National Security Strategy. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

ESTADOS UNIDOS. U.S. (1990) National Security Strategy. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

ESTADOS UNIDOS. (1991). U.S. National Security Strategy. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

ESTADOS UNIDOS. U.S. (1993) National Security Strategy. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

ESTADOS UNIDOS. U.S. (1994) National Security Strategy. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

ESTADOS UNIDOS. U.S. (1995) National Security Strategy. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

ESTADOS UNIDOS. U.S. (1996) National Security Strategy. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

ESTADOS UNIDOS. U.S. (1997) National Security Strategy. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

ESTADOS UNIDOS. U.S. (1998) National Security Strategy. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

ESTADOS UNIDOS. U.S. (2002) National Security Strategy. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>> Acesso em: 02/02/2012

HENRIKSEN, Thomas. (2001) “The Rise and Decline of Rogue States”. Journal of International Affairs, vol. 54, n°2. Disponível em: <http://sipa.columbia.edu/PUBS/JOURNAL/pdf/henriksen_rogues.pdf> Acesso em: 08/04/2012

HOYT, Paul. (2000) “Rogue States and International Relations Theory”. The Journal of Conflict Studies. Disponível em: www.lib.unb.ca/Texts/JCS/Fall00/contents.htm Acesso em: 15/04/2011

KIM, Sang Joon. (2008) “The Validity of Rogue States Politics”. Journal of Politics & International Affairs. Disponível em: <http://www.nyu.edu/clubs/jpia.club/PDF/Spring2008_Kim.pdf> Acesso em: 07/11/2012

ROTBURG, Robert. (2003) “Failed States, Collapsed States, Weak States: causes and indicators.” In: State Failure and State Weakness in a Time of Terror. Disponível em:

RICRI Vol.3, No.5, pp.97-111

<<http://wilsoncenter.net/sites/default/files/Failed%20States,%20Collapsed%20States,%20Weak%20States-%20Causes%20and%20Indicators.pdf>> Acesso em: 11/10/2011

ROTBERG, Robert. Repressive, (2007) “Aggressive, and Rogue Nation-States: how odious, how dangerous”. In. Worst of the Worst: dealing with repressive and rogue nations.

ROELE, Isabel. (2012) “We Have Not Seen the Last of the Rogue State”. German Law Journal, vol. 13, nº5 Disponível em: <http://www.germanlawjournal.com/pdfs/Vol13-No5/PDF_Vol_13_No_05_560-578_Articles_Roele.pdf> Acesso em: 25/03/2013

RUBIN, Barry. (1999) “U.S. Foreign Policy and Rogue States”. Middle East Review of International Affairs, vol. 3, nº3. Disponível em: <<http://meria.idc.ac.il/journal/1999/issue3/jv3n3a7.html>>

SAUNDERS, Elizabeth. (2006) “Setting Boundaries: can international society exclude rogue states”. International Studies Review, vol. 8, nº1, p. 23-53. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3699734>> Acesso em: 31/05/2012